

HABEAS CORPUS Nº 514.993 - SC (2019/0166769-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : RONALDO PFLEGER
ADVOGADO : RONALDO PFLEGER - SC040926
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : CARLOS DANIEL LAURINDO (PRESO)
PACIENTE : DEIVID RICARDO LAURINDO (PRESO)

DECISÃO

CARLOS DANIEL LAURINDO e DEIVID RICARDO LAURINDO alegam sofrer coação ilegal, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**, que manteve a prisão preventiva nos autos do HC n. 4015818-17.2019.8.24.0000.

Ao analisar os autos, verifico que **a inicial do writ não veio acompanhada da cópia da decisão que originalmente decretou a prisão preventiva**, o que prejudica a exata compreensão do caso, inviabilizando-se, assim, o exame do alegado constrangimento ilegal.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória. É cogente ao impetrante, pois, apresentar elementos documentais suficientes para se permitir a aferição da alegada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração. Nesse sentido: **HC n. 235.131/MG**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 29/8/2013.

À vista do exposto, constatada a ausência de peça essencial para a análise do pleito de urgência, **indefiro liminarmente** este habeas corpus, nos termos do art. 210 do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**